

bilizando o Prefeito e o Secretário Municipal de Obras. Prossequindo, disse que o quadro de abandono se refletiu no Saúde, na Educação, indagando onde estavam os responsáveis por tal descabido administrativo, considerando extremamente grave o médico de plantão do Posto de Urgência ser o responsável também pelos enfermos do São José Operário. Diante, disse que não precisavam ou melhor não precisava do Prefeito, mas fundamentalmente era necessário que a Administração atendesse as Comunidades em suas necessidades básicas, para que houvesse sobrevida dignidade através da Educação, do Saúde. Disse que resolver o problema de água não havia a menor chance de volta, mas certamente, daria segurança para outras crianças. Deixou registrado o seu pesar pelo histórico de reaparecimento da menor Vanusa, a dor sentida pela família e assim encerrou sua fala. Cada mais havendo o falar, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E, para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação Plenária, aprovada, seria assinada para que produza seus efeitos legais.

2
D. J. S. M.

Ata da Tringésima Segunda Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia oito de dezembro do ano de mil novecentos e noventa e oito.

As depois horas do dia oito de dezembro do ano de mil novecentos e noventa e oito, sob a Presidência do Vereador Waldir Azevedo de Aguiar Neto e com a participação da Primeira Secretaria "ad hoc" pelo Vereador Jônio dos Santos Mendes, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Após disso, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Rui Silva da Rocha, Adail


Ten. Pinto de Andrade, Aires Bessa de Figueiredo, António Carlos de Carvalho
 Andrade, Braz Benedito Branco Filho, Eduardo Carlos Mata, Edson Silva Braga
 Inês, Gustavo António Guimarães Brangança, Manoel Fátima da Silva Filho, Te-
 na Auxiliadora Ramos Rêgo, Milton Roberto Pereira de Souza, Omar Sam-
 puia da Silva, Silas Rodrigues Pinto e Valery Rodrigues da Silva. Quando
 número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em
 nome de Deus. A seguir, o Senhor Presidente após o cumprimento do rito regi-
 mental solicitou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Ata da Sessão anterior
 referindo-se a Ata da Sessenta e terceira Sessão Ordinária do Segundo Período de
 trabalho que após a leitura foi aprovada. A seguir, o Senhor Presidente solicitou
 ao Senhor Primeiro Secretário ad hoc a leitura do Expediente que continha do
 seguinte: requerimento nº 135/98 de autoria do Vereador Ayril Silva da Rocha, as-
 sendo: Solicita ao Excmo Sr. Prefeito Municipal providências urgentes no sentido
 de coibir o barulho provocado pela TELEPS, no percurso da Rua Saul Viçosa, Lin-
 ha de Cabo Frio. Não havendo mais matérias para serem lidas no Expediente
 e nem Votoes inscritos para o uso da Tribuna, o Senhor Presidente conduziu
 os trabalhos para o Ordem do Dia. Nesta etapa, foram aprovadas as seguintes
 matérias: Aprovado parecer favorável da Comissão de Obras e Serviços Públicos
 nos seguintes projetos: Projeto de Lei nº 033/98 e Projeto de Resolução nº 047/98.
 Aprovado requerimento de Urgência nº 136/98 para o Projeto de Lei nº 033/98
 para a Comissão de Redação Final, Aprovado requerimento de Urgência nº
 137/98 para o Projeto de Resolução nº 047/98 para a Comissão de Redação Fi-
 nal, Aprovado requerimento nº 135/98. Terminada o Ordem do Dia, o Se-
 nhor Presidente franqueou a Tribuna para a Explicação Pessoal, antes porém
 o Senhor Presidente ouviu a Declaração do Vereador Manoel Fátima da
 Silva Filho no seguinte teor: "Senhor Presidente, estou fazendo requerimento ver-
 bal a Vossa. No proxima Sessão, quinta feira dia 10 (dez) de dezembro de 1998
 estará sendo comemorado o cinquenta e cinco da Declaração Universal dos Di-
 rutos Humanos, e gostaria de solicitar a Vossa que parte do Expediente
 de Sessão fosse dedicado a tal acontecimento, com homenagem ao Conselho
 Municipal, e fosse passado uma Mensagem desta Casa, atrelada a tal texto
 consagrado universalmente". O Senhor Presidente a seguir, deferiu o reque-
 rimento verbal do Vereador Manoel Fátima da Silva Filho. Quando continha-

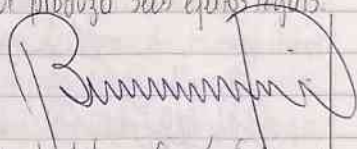
dade aos trabalhos, o Senhor Presidente franqueou a Tribuna para Explicação Pessoal. Depois a Tribuna, como primeiro Orador em Explicação Pessoal, o Senhor Jânio dos Santos Bentes, afirmando ser brilhante a sugestão do Vereador Ramond Gethno da Silva filho em requerimento verbal, sugerindo que a data fosse marcada também com uma sessão e Delegacia de Polícia para o Dabo Rio e, por se cobrindo mais empenho para que o assassinato do Vereador Augusto Schmidt fosse desvendado, ali para conforto da família que ainda sofre com a falta de respostas para tamanha tragédia. Com tal registro, o Vereador Jânio dos Santos Bentes exclamou que para o atual Governo do Município mais valia "um meu fio pintado do que o estigma de uma criança". Prossequindo, fez críticas ao sistema de combate a vetores do Município, afirmando que após as demissões praticadas pelo Termo de Opção, o vírus conhecido como "fumacê" não mais percorria as ruas do Município pulverizando o medicamento apropriado, e adiante reiterando, afirmou que o mesmo antes das demissões o carro "fumacê" já não fazia tal serviço. Ainda sobre o assunto, disse que agora o Município antes de receber os ônibus para a alta temporada, recebia os ilustres mosquitos, que além de inúmeros, eram também responsáveis pela proliferação de doenças, e agora até o catopora praticamente erradicado volta a exterminar as pessoas. Prossequindo, disse ser lamentável tal quadro, na medida em que o Município havia investido na modernização de equipamentos para combate a zebra no Governo José Benício, e assim, ninguém sabia onde estavam tais equipamentos. Falou da erradicação de salas negras no período anterior, e com o atual Governo tal situação era constante nos bairros periféricos principalmente. Falou da obra de saneamento parcial do vale do Braga, e que o complemento da obra não fora levado a termo pelo atual Governo Municipal, e encerrando afirmou: "Este Prefeito mente como rato". A seguir, ocupou a Tribuna em Explicação Pessoal, o Vereador Guilherme Antônio Guimarães Barangui, comentando inicialmente ser lamentável que muitos dos assuntos discutidos na Câmara, não surtissem efeito junto a opinião pública, por falta de divulgação junto a imprensa, ou ali mesmo por falta dos meios de comunicação na Câmara, principalmente nos meios eletrônicos. Prossequindo, disse que estava dando continuidade o governo junto

ao Ministério Público com referência ao Terno de Ajustamento de Conduta, do conhecimento de todos. Adiante, disse que o Jornal Folha dos Lagos em sua última edição, do sábado anterior, trazia grande matéria que por certo havia contido o ego de alguns Vereadores, o Promotor declarou Inconstitucional e Decreto legislativo. Disse que surpreendido com tais assertivas reguladas pelo referido Jornal, fora também surpreendido por um telefonema do Promotor de Justiça Dr Luciano, convidando o Orador para uma entrevista no Ministério Público. Prossequindo, disse que o Dr Luciano afirmou que não conhecia do Decreto, não lera e assim, não eram dele tais afirmativas contidas no Jornal Folha dos Lagos do qual exigiria direito de resposta para a próxima edição de sábado. Prossequindo, disse o Orador que a manchete da citada edição do Jornal Folha dos Lagos, havia levado o Dr Luciano a entender que "por baixo dos panos existe algo mais sério" e, no converso que manteria pessoalmente com o Dr Luciano, parbho da autoridade o interesse do Ministério Público em avaliar o conversar com o Prefeito sobre o grande número de pessoas que se promoveram quanto as demissões. Ainda sobre o assunto, disse o Vereador Getário Antônio Guimarães de Aragão ter deixado claro para o Dr Luciano que independente do sua ação pessoal, ou do entendimento de um ou outro Assessor do Governo, que pessoalmente, também independente de posição da Câmara por sua respectiva Direção, continuava a batalha tentando reverter o quadro extremamente infeliz que sechara o ano de 1998 em Lagoa. afirmou que não proporia ação, pelo Sindicato dos Funcionários, Sindicato do Saúde, ou através de qualquer instrumento legal, até mesmo por meio judicial, enfatizando que os funcionários não devem esperar mais, pois exatamente uma decisão seria alcançada, de forma amigável ou através da justiça, no que encerra sua fala. A seguir, ocupou a tribuna em explicação firmo o Vereador Renaul Sobrinho do Vilho Filho, ressaltando a importância cada vez maior da Câmara quando a cada sessão aumentava o número de participantes na assistência, o que era uma prova cabal de verdade com que os Vereadores tinham exercendo suas prerrogativas Democráticas. Encerra todos porque propozaem as ações de legislativo, nos áreas, no trabalho, nas Escolas, nos lares, para que cada vez mais se consolidasse o Espírito de independência de legislativo, como instrumento da representatividade popular, a seu respeito

maior, cobrando dos Vereadores um comportamento a altura das expectativas da prática eleitoral, quanto aos desdobramentos da Administração Pública Municipal. Diante, disse ser um adepto do consenso, da busca do entendimento do legislativo, como poder capaz de abrir caminhos que conduzissem a respostas exigidas pela população, guardando que as discussões em torno das emissões de funcionários mostravam de forma mundanamente clara que a Câmara Municipal não podia ser ignorada como poder político, em ênfase não a conotação partidária, mas sobretudo, a consagração, a consolidação do sentimento popular, como fator preponderante na ação do Município. Com relação a intervenção do Dr. Luciano Reato, ao final Folha dos Lagos, já citado, disse que o direito legislativo, ao seu ar, embora em seu texto o princípio essencial do Poder Legislativo, como intérprete da lei, traduzindo o seu sentido e efeito. Com relação ao prazo para emissão de Vereadores não convocados, segundo a resposta do Dr. Luciano Reato, novembro e dezembro de 1998, no máximo até 30 de dezembro e junho de 1999, para os indispensáveis, com duração cabendo ao Prefeito. Disse que diante de tal quadro, delineado nas respostas do Dr. Luciano entendia que o Ministério Público assumia sua posição isenta, como intérprete da lei e fiscalizador do Estado, mas concomitantemente o Dr. Luciano ao seu ar deixava claro para que o Poder Público não aplicasse a lei de forma tão fria, mas sobretudo levando em consideração a questão social. Prosseguiu, afirmou o Vereador Benedito Sobrinho da Silva filho que não postulava pelo radicalismo, afastando tal possibilidade de confronto, defendendo o consenso, do legislativo e do Executivo, sendo preservadas as prerrogativas de ambos os poderes, e assim empunham a missão de enfrentar uma saída para defesa dos trabalhadores, superiores a dogmas e outras injunções que poderiam ser levantadas. Disse que o fato enquadra-se pelo lado social, humano, não admitindo que pusessem ombreiros a interesses políticos partidários, enfatizando do não ter sido em momento algum o comportamento da Câmara, no que encerrou sua fala. Não havendo mais Vereadores para o uso do tribuna em explicação pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente sessão em nome de Deus, marcando Extraordinária para dentro de dez minutos. E, para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a Ape-

ação Pinóia, aprovada, será assinado para que produza seus efeitos legais.

Suspense




Ata da do décimo Sessão Extraordi-
 nária do Grande Período Legislati-
 vo do Câmara Municipal de Cabo
 Frio, realizado no dia oito de de-
 zembro do ano de mil novecentos
 e noventa e oito.

As onze horas do dia oito de de-
 zembro do ano de mil novecentos e noventa e oito, sob a Presidência do
 Vereador Waldir Baurino de Aquino Neto, e com a ocupação da Presidência
 feita pelo Vereador José Benedito Arcajo Filho, reuniu-se Extraordinariamente
 a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses, responderam a chamada re-
 gimental os seguintes Vereadores: Aury Silva da Rocha, Adalton Pinho de An-
 drade, Aires Bezerra de Figueiredo, Antônio Carlos de Carvalho Trindade, Eduar-
 do Cordeiro Neto, Edson Silva Magalhães, Gustavo Antônio Guimarães Branger, Je-
 nio dos Santos Mendes, Manoel Justino da Silva Filho, Manoel Amador da
 Mota Bônicia, Milton Roberto Brito de Souza, Silas Rodrigues Brito, Valcyne
 Oliveira da Silva. Sendo nomeado regimento, o Senhor Presidente declarou
 aberta a presente Sessão em nome de Deus. O requer, o Senhor Presidente co-
 locou em discussão parecer favorável da Comissão de Educação Social no Pro-
 jeto de Lei nº 033/98. Após as discussões, foi aprovado parecer favorável
 da referida Comissão para o Projeto de Lei nº 033/98, estando aprovado en-
 tão o referido Projeto de Lei nº 033/98 da mesma forma, o Senhor Presi-
 dente colocou em discussão parecer favorável da Comissão de Educação
 Social no Projeto de Resolução nº 047/98. Após as discussões, foi aprovado
 parecer favorável da referida Comissão para o Projeto de Resolução nº 047/98,
 estando aprovado então o Projeto de Resolução nº 047/98. Nada mais havendo
 a falar, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para
 constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida e